



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

| | |
|--------------------|--|
| Processo nº | 10380.009506/2008-76 |
| Recurso nº | Voluntário |
| Acórdão nº | 2102-001.766 – 1ª Câmara / 2ª Turma Ordinária |
| Sessão de | 20 de janeiro de 2012 |
| Matéria | IRPF |
| Recorrente | ANA CARLOTA MORAIS LOPES |
| Recorrida | FAZENDA NACIONAL |

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano calendário: 2004

ENTREGA DE INTIMAÇÃO A PORTEIRO DE EDIFÍCIO RESIDENCIAL. VALIDADE

É válida a entrega de intimação por via postal, recebida por porteiro ou zelador de edifício residencial, eleito pelo contribuinte, não sendo indispensável assinatura da pessoa do autuado. A intempestividade impede o conhecimento da peça de defesa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso.

Assinado digitalmente

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

Presidente

Assinado digitalmente

ATILIO PITARELLI

Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Atilio Pitarelli, Carlos André Rodrigues Pereira Lima, Giovanni Christian Nunes Campos, Núbia Matos Moura e Rubens Maurício Carvalho. Ausente justificadamente a Conselheira Roberta de Azeredo Ferreira Pagetti.

Relatório

O presente Recurso Voluntário é proposto face a decisão proferida em 26 de outubro de 2010, pela 1^a Turma da DRJ/FOR (fls. 44/50), que por unanimidade de votos não conheceu da impugnação por intempestiva, e manteve integralmente a exigência objeto do Auto de Infração lavrado em 29/05/2007, onde constam como infrações à legislação fiscal omissões de receitas da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará no valor de R\$ 10.981,72, conforme informado na DIRF, e R\$ 21.797,19, do Tribunal de Justiça também daquele Estado.

O valor total do crédito é de R\$ 11.924,67 (onze mil, novecentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 5.786,15 a título de imposto suplementar, R\$ 4.339,61 de multa de ofício, e R\$ 1.798,91 de juros de mora calculados até 31/05/2007.

A Recorrente impugnou o trabalho fiscal alegando que o valor recebido da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará decorre de trabalho com vínculo empregatício, e o do Tribunal de Justiça, de pensão alimentícia em favor das suas filhas, e que não teve conhecimento do lançamento, uma vez recebido pelo porteiro do seu prédio, e que só veio a saber da sua lavratura em função da existência de outra autuação desta natureza, com as mesmas omissões, relativas à DIRPF ano calendário de 2.005.

Sobre a omissão de rendimentos decorrentes do trabalho com vínculo empregatício, recolheu o tributo devido, conforme DARF que anexou à peça de defesa, e quanto aos valores das pensões foram declarados como receitas das próprias beneficiárias, que entregaram declarações em separado.

Sobre o cabimento da peça de defesa, argumenta ser incumbência da administração, antes de recorrer à Procuradoria da Fazenda, rever a legalidade dos seus atos, pois os mesmos não são imutáveis, conforme estabelece até mesmo a súmula 473 do STF.

Em preliminar argüiu a nulidade da notificação, que foi entregue ao porteiro do prédio onde reside, alegando ainda que a mesma só poderia ser feita pessoalmente a ela, citando sobre a questão, precedentes do STJ. Por esta razão, a impugnação foi apreciada pela DRT, por força do Ato Declaratório Normativo ADN COSIT 25/96.

Sobre as questões de mérito alega que a omissão sobre os rendimentos recebidos por ela a título de subsídios da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará já foram oferecidos à tributação e o imposto devido pago através de DARF juntado aos autos, e que os valores recebidos a título de pensão pelas filhas foram declarados por elas em declarações pessoais, portanto, nada mais sendo devido, e que qualquer exigência caracterizaria o *bis in idem*, vedado pelo nosso ordenamento jurídico.

Após relatar os termos da impugnação, a DRJ/FOR fundamentou sua decisão pelo não conhecimento da defesa, em função da intempestividade da mesma, uma vez que a Recorrente foi notificada através da via postal, no domicílio por ela eleito, tal como estabelece o inciso II do art. 23 do decreto n.o 70.235/72. Ressaltou a final, a faculdade da autoridade lançadora rever de ofício o lançamento nos termos do art. 149, VIII do CTN.

Em grau de Recurso Voluntário a este colegiado, resumidamente, a Recorrente aduz que:

- a) preliminarmente, ratifica os temos da impugnação sobre a intimação pessoal, tal como prevista no inciso I do art. 23 do decreto n.o 70.235/72;
- b) quanto ao poder-dever da administração retificar seu ato quando constata erro de fato, destaca o art. 37 caput da Constituição Federal e Ordem de Serviço 5/2009 da 3.a Região Fiscal que com fundamento no Parecer Cosit 38/2003 faculta acolhimento ao pedido de Retificação de Débito, independentemente de prazo estabelecido;
- c) sobre o valor recebido e omitido na DIRPF de R\$ 10.981,72 decorrente de serviço com vínculo empregatício, o valor do imposto decorrente foi recolhido com os acréscimos legais, e
- d) quanto aos valores recebidos pela filhas a título de pensão, está equivocada a menção do TJ como fonte pagadora, pois os valores foram pagos pelo genitor, e foram por elas declarados em DIRPF próprias.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Atilio Pitarelli, Relator.

O recurso é tempestivo, em conformidade com o prazo estabelecido pelo artigo 33 do Decreto n.o 70.235/72, foi interposto por parte legítima e está devidamente fundamentado, dele conhecendo.

Com efeito, a decisão recorrida não merece qualquer reparo, devendo ser mantida, pelos fundamentos nela expostos.

A notificação do lançamento foi entregue no domicílio da Recorrente em 12/06/2007 (fl. 38 e 41), e a impugnação apresentada em 23/06/2008, portanto, intempestiva.

A Recorrente ressalta a falta da notificação pessoal, mas o par. 3º do inciso II do art. 23 do decreto n.o 70.235/72 expressamente estabelece que “*os meios de intimação previstos nos incisos do caput deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.*”, portanto, válida a notificação via postal, independentemente de ter ou não a autoridade fiscal lançadora, precedido da via pessoal.

Também não vicia o ato da notificação, o fato da mesma ter sido entregue a porteiro ou zelador, uma vez observado o domicílio eleito pelo contribuinte.

Por todo o exposto, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso.

Assinado digitalmente

ATILIO PITARELLI

CÓPIA